

ETICIDADE EM PESQUISA - INTERFACE COM A PLATAFORMA BRASIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA FORMATIVA

EDNA MENEZES NASCIMENTO FERREIRA

Mestre em Diversidade e Inclusão - Universidade Federal Fluminense - UFF, ednamnferreira1967@gmail.com

FERNANDA VIANNAY SIQUEIRA DOS SANTOS

Mestre em Diversidade e Inclusão - Universidade Federal Fluminense - UFF, viannay25@hotmail.com

PAULO HENRIQUE DA COSTA FERREIRA

Doutorando do Curso de Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosa do Instituto Nacional de Infectologia (INI/Fiocruz), paulo.costa@ini.fiocruz.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar resultados da experiência formativa que visou contribuir com a elucidação de questões que envolvem o manuseio individual da base Nacional e unificada de pesquisas, denominada Plataforma Brasil. Metodologia: A experiência formativa, denominada Capacitação para uso do Sistema Plataforma Brasil, ocorreu durante 3 anos consecutivos no formato oficina e no formato capacitação com cadastro no Campus Virtual da Fiocruz. Contemplando no ano de 2017 mestradas do Curso Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF) e nos anos de 2018 e 2019 envolvendo pesquisadores e pesquisadoras das diversas áreas do conhecimento. Resultados e Discussão: Destacamos as lacunas de informação e formação demandadas por pesquisadores; que versando sobre o domínio da linguagem do Sistema e da tecnologia da informação; adotadas na submissão dos aspectos inerentes à eticidade na pesquisa envolvendo seres humanos, além da contribuição na divulgação dos conhecimentos necessários; para facilitar a submissão para análise ético de Pesquisas Acadêmicas; ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Palavras-chave: Ética em pesquisa. Plataforma Brasil. Direitos humanos. Tecnologia da Informação e Comunicação.

INTRODUÇÃO

Desde 09 de setembro de 2011, pesquisadores das instituições acadêmicas do país passaram a contar com uma base unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos. A então denominada Plataforma Brasil passou a garantir ao Comitê de Ética em Pesquisa e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Sistema CEP/CONEP) maior eficácia na proteção dos participantes das pesquisas desenvolvidas em território nacional.

Diante das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, que visam assegurar os direitos e deveres dos participantes de pesquisa à comunidade científica e ao Estado, os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos devem atender à Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466 de 12/12/2012; e no caso específico das pesquisas na área da educação o disposto na Resolução CNS nº 510 de 07 de abril de 2016, que estabelece normas e procedimentos "...aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais..." (BRASIL, 2016, p.1).

Larrosa (2002), em sua abordagem sobre o saber da experiência, afirma que somos a narrativa aberta e contingente da história de nossas vidas, a história de quem somos em relação ao que nos acontece. Este pensamento nos remete à realidade, onde nem sempre conseguimos ficar inertes diante da necessidade do outro.

Passeggi (2011) destaca no contexto da definição do termo experiência as implicações para o sujeito que são: a capacidade de entendimento, julgamento, avaliação do que acontece e do que lhe acontece (PASSEGI, 2011, p.148). Os acontecimentos durante uma etapa da vida de pessoas são relevantes no contexto da experiência, e estar diante da dificuldade pode motivar a parceria e proporcionar experiência formativa.

Considerando o que nos acontece, quando nos dispomos a cooperar com outros, uma experiência formativa que se inicia em uma turma de mestrado pode ampliar-se e chegar a pesquisadores das diversas áreas do conhecimento.

Diante da necessidade vigente de cadastro e submissão dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos por meio da ferramenta Plataforma Brasil, o objetivo deste artigo é: apresentar resultados de experiência formativa que visou contribuir com a elucidação de questões que

envolvem o manuseio individual da base Nacional e unificada de pesquisas, denominada Plataforma Brasil.

Para dar conta do objetivo traçado organizaremos este manuscrito pontuando os aspectos inerentes às tecnologias da informação e comunicação considerando as necessidades dos pesquisadores no cadastro e submissão dos aspectos éticos de seus estudos.

Desenvolveremos uma reflexão acerca da Eticidade em pesquisa, onde discorreremos sobre a normatização do conceito e as funções inerentes ao Sistema CEP/CONEP; apresentaremos o delineamento da experiência formativa denominada

Capacitação para uso do Sistema Plataforma Brasil, desde o primeiro formato até a submissão ao Campus Virtual da Fiocruz.

E finalizaremos o artigo com as considerações acerca dos resultados observados durante a experiência formativa.

1. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Vivemos um momento onde a maneira de fazer algumas coisas mudaram e continuam em constante mudança; esta dinâmica exige de cada pessoa a apropriação de conhecimentos necessários para realizar suas tarefas.

No contexto educacional, há quem vivenciou o tempo onde era necessário estar presencialmente em uma biblioteca para pegar um livro por empréstimo ou permanecer horas naquele espaço físico para estudar e assim elaborar seus relatórios; para alguns ainda é estranha a possibilidade de acessar e/ou enviar por meio digital extensos materiais e documentos, incluindo a assinatura digital.

Um exemplo claro é o uso de aparelhos minúsculos para arquivar ou acessar arquivos, uma linguagem que muitos precisaram se apropriar antes de serem atropelados pelo progresso das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Moran (2007, p.162), enfatiza que a vida ensina de diversas maneiras o tempo todo, com diferentes pessoas, com os erros e as escolhas.

No mundo atual vive-se cada vez mais conectado e as principais corporações e segmentos da sociedade precisam se adaptar às plataformas tecnológicas inovadoras, que se apresentam em processo de desenvolvimento, graças a características inerentes à tecnologia da informação (SARTORI, 2018, p. 29). Novos estilos de comunicação e internet mobilizam o cenário econômico, social, laboral e educativo etc., exigindo adaptações individuais, coletivas e estratégias para apropriação de novas aprendizagens.

O uso das novidades tecnológicas na área da educação e no cenário da pesquisa científica é desafiador, pois as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) estão relacionadas ao processo de digitalização que vem avançando de forma intensa, mudando a maneira de fazer as coisas e, desta forma estamos atualmente nos adaptando a novas maneiras de comunicar, comprar, vender, nos locomover, estudar, ensinar, aprender, pesquisar e etc.

2. ETICIDADE EM PESQUISA

O desenvolvimento científico e tecnológico nos meios reais e virtuais nos permite o acesso à informações, que antes eram limitadas; desta forma pode-se identificar a importância de cada procedimento de uma pesquisa e a relevância dos resultados para o progresso das ciências e para os participantes do experimento, de forma direta ou indireta.

Não é uma tarefa fácil avaliar os procedimentos metodológicos de cada pesquisa que envolve seres humanos e respeitar o participante em sua dignidade e autonomia; para tal exige-se respaldo legal e avaliação de uma equipe de multiprofissional que atenda esta especificidade, relacionada às intervenções do pesquisador e aos riscos e benefícios ao participante.

Estudos no campo da Bioética demonstram que, em prol da saúde e qualidade de vida, pessoas participaram de pesquisas sem saber os verdadeiros riscos e benefícios que esta participação poderia acarretar para a sua vida ou de seus familiares.

Dois documentos são considerados os pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano (BRASIL, 2012, p.1): o Código de Nuremberg, de 1947, direcionado na época aos brutais experimentos realizados em humanos nos campos de concentração nazistas, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Como reflexo das grandes descobertas científicas e tecnológicas dos séculos XX e XXI, outros documentos se destacam no cenário internacional como a Declaração de Helsinque em 1964, e suas versões posteriores de 1975, 1983, 1989, 1996 e 2000; o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 1966 e o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos em 1966.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 prima pela preservação dos direitos fundamentais, livre de preconceito com base nos princípios da cidadania e da dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988, s/p). Assim, com base nos principais documentos da época que direcionavam as declarações

e diretrizes das pesquisas envolvendo seres humanos, em 1996 o Ministério da Saúde, aprova a Resolução Nº 196 em 10 de outubro.

Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros (BRASIL, 1996, s/p); além disso, também assegura os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos participantes da pesquisa e ao Estado (BRASIL, 1996, s/p), determinando que:

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais.

III.1 - A eticidade da pesquisa implica em:

- a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);
- d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade). (BRASIL, 1996, s/p)

Em 1996 foi instituído o Sistema CEP/CONEP com a finalidade de proceder a análise ética de pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, e este sistema vai se basear em Resoluções e normativas deliberadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde (MS). Conforme determinação da Resolução nº 196/2012:

Toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa.

VII.1 - As instituições nas quais se realizem pesquisas envolvendo seres humanos deverão constituir um ou mais de um Comitê de Ética em Pesquisa-CEP, conforme suas necessidades.

VII.2 - Na impossibilidade de se constituir CEP, a instituição ou o pesquisador responsável deverá submeter o projeto à apreciação do CEP de outra instituição, preferencialmente dentre os indicados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS).

VII.3 - Organização - A organização e criação do CEP será da competência da instituição, respeitadas as normas desta Resolução, assim como o provimento de condições adequadas para o seu funcionamento. (BRASIL, 1996, s/p)

Mais documentos se destacam no cenário internacional no sentido de direcionar a relação pesquisador-participante; são eles a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos (1997), a Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos (2003); e a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2004).

Se anteriormente experimentos desumanos podiam ser realizados, priorizando os resultados agora toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ponderar os riscos e os benefícios, evitar ou reduzir ao máximo os danos que são previsíveis, ter relevância social, ser justa e equitativa, não ser fútil e respeitar os direitos dos participantes, conforme determina a legislação.

Com as novas percepções da vida e dos modos de vida; o bem-estar e a qualidade de vida passam a ser direito constitucional; as questões éticas se impõem com o progresso e avanço das ciências e tecnologias em todas as áreas do conhecimento humano.

A Resolução CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012, representa uma revisão das normas sobre pesquisas envolvendo seres humanos, estabelecidas na Resolução nº 196/96. Nesta revisão os aspectos éticos das pesquisas com seres humanos precisa atender 20 exigências, enquanto na norma anterior (Resolução 196/96) constavam apenas 4 exigências.

Este procedimento, que se iniciou nas pesquisas no âmbito da saúde pública, se estende-se às demais disciplinas no que se refere à submissão dos aspectos éticos, delimitando os riscos e benefícios dos participantes de pesquisa que envolva seres humanos.

METODOLOGIA

Segundo Andrade (2002), observar os fatos, registrá-los, classificá-los e interpretá-los são fases de uma pesquisa qualitativa. Richardson (1999) afirma que os estudos que utilizam a metodologia qualitativa podem

descrever a complexidade e analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar.

Oliveira (1996), referindo-se ao antropólogo como autor, oferece pistas para o ato de olhar, ouvir e escrever; Geertz, em “The interpretation of cultures (A interpretação das culturas)” propõe duas etapas, sendo a primeira denominada o “Vivendo a situação de estar no campo (Being there)” e a segunda denominada “Viver melhor, trabalhar estando aqui (being here)”. Oliveira (1996) concluiu que olhar e ouvir se relacionam à primeira etapa, e escrever se relaciona à segunda etapa.

Narita (2006) afirma a importância de o pesquisador chegar à situação de entrevista, conhecendo tanto quanto possível a realidade na qual o indivíduo a ser entrevistado vive, e denota a importância da observação em Campo e da comunicação do pesquisador com o participante; explicitando objetivos, métodos e resultados, riscos e benefícios, que são parte do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Assentimento Livre e esclarecido (TALE).

Minayo afirma que, num trabalho de campo profícuo, o pesquisador vai construindo um relato composto por depoimentos pessoais e visões subjetivas dos interlocutores, em que as falas de uns se acrescentam às dos outros e se compõem com ou se contrapõem às observações (MINAYO, 2012, p. 4), caracterizando uma proposta de coleta de dados em grupo.

Considerando a importância do que ocorreu nos anos de 2017 a 2019, três momentos de aprendizagem denominados experiência formativa, vamos descrever os fatos vivenciados, registrados, classificados e interpretados numa perspectiva qualitativa, sem desprezar os dados quantitativos que vão se configurar em gráficos.

1. Delineamento Metodológico da experiência educativa

A dificuldade em entender a linguagem tecnológica da plataforma e a urgência na submissão do Projeto de Pesquisa no Sistema, motivou uma representante discente da turma de 2016 do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense.

Ela em parceria com colegas de turma estabeleceu uma estratégia para agregar colegas bem sucedidos no cadastro submissão de protocolo de Pesquisa e aprovação do aspecto ético da pesquisa; a colegas que apresentavam dificuldades na utilização da ferramenta norteadora destes procedimentos. Este intercâmbio teria o objetivo inicial de compartilhar

conhecimentos, dúvidas e dificuldades com base na experiência de utilização do sistema CEP/CONEP.

Houve divulgação, limitação de número de participantes e inscrição, e inicialmente 15 mestrandas se inscreveram. Devido à necessidade de computadores com internet para acesso ao Sistema, solicitou-se apoio institucional, para ceder espaço e equipamentos, e assim uma das participantes agiu de modo a garantir a utilização do Telecentro Presidente João Goulart (Endereço: Avenida Visconde Rio Branco S/Nº , Niterói - Terminal Rodoviário do Centro), onde realizaram-se dois encontros denominado Oficina Plataforma Brasil.

Devido à dificuldade em realizar mais um encontro no mesmo espaço, foi necessário buscar nova parceria, pois no período reservado para a Oficina os espaços da Universidade Federal Fluminense (UFF) estavam indisponíveis por motivo de greve dos funcionários; diante da necessidade dos participantes em cumprir os prazos do curso determinados para submissão do Projeto de Pesquisa e qualificação, não seria possível esperar o término da greve para dar continuidade com o terceiro encontro..

Solicitamos então a parceria com o Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas da Fiocruz (INI/Fiocruz), e nos foi cedida a sala de informática da Vice-Direção de Ensino localizada Avenida Brasil, 4365- Manguinhos; onde ocorreu um dos encontros da oficina Plataforma Brasil.

A oficina foi planejada e para facilitar a dinâmica de Aprendizagem, dividida em três módulos:

- Ética da Pesquisa,
- Protocolo de Pesquisa e
- Plataforma Brasil.

Para melhor conduzir o desenvolvimento dos encontros, estabelecemos um projeto básico (Figura 1):

Figura 1: Projeto da oficina

Oficina Plataforma BRASIL

Data: 01/09/2017

Horário: 9:00 às 12:00 horas

Local: Telecentro Presidente João Goulart

Endereço: Avenida Visconde Rio Branco S/Nº, Niterói - Terminal Rodoviário do Centro

Ementa:

Diante das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, que visam assegurar os direitos e deveres dos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado, os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos devem atender à Resolução CNS nº 466 de 12/12/2012. Como mestrandos e mestrandas precisamos

cadastrar nossos respectivos projetos, na base Nacional e unificada de pesquisas, denominada Plataforma Brasil. Cientes da importância do cadastro das pesquisas do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) e da necessidade de orientações no manuseio dos comandos da plataforma, estabelecemos um grupo de estudo coletivo, onde por meio da monitoria nos propomos a facilitar o cadastro dos projetos dos participantes e envio ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Objetivo:

Socializar conhecimentos sobre a Plataforma Brasil, com fins de contribuir no manuseio individual do sistema e submissão do Projeto de Pesquisa dos mestrandos do CMPDI.

Metodologia

Divulgação da proposta de monitoria, inscrição dos participantes, parceria para conseguir local disponível que atenda às necessidades do grupo e conseguir monitores, criação de um grupo no whatsapp, para repasse de orientações, elaboração de material para uso na monitoria, avaliação dos resultados.

Referências Bibliográficas:

<http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

http://www.cep.uff.br/sites/default/files/institucional/res._cns_466_de_12_d_e_dezembro_de_2012.pdf

O primeiro grupo foi composto por 15 participantes. Foi criado um grupo de interação no Whatsapp, denominado Plataforma Brasil; para acompanhar o desempenho individual dos participantes durante o período de cadastro, submissão, resposta a pareceres e acompanhamento da tramitação do protocolo da pesquisa. Houve divulgação do projeto e textos relacionados à Oficina através de e-mail aos participantes; e houve também o registro da

frequência e da evolução nas etapas específicas do sistema que classifica-
das de 0 a 6 e aprovação, sendo “0” sem cadastro e “6” envio do protocolo da
pesquisa; para este registro estabelecemos um formulário físico (Figura 2)

Figura 2 – Formulário

Oficina Plataforma Brasil Data: _____ Horário: _____ às _____

Local: _____

Dinamizadoras: _____

emails: _____

Listagem de participantes

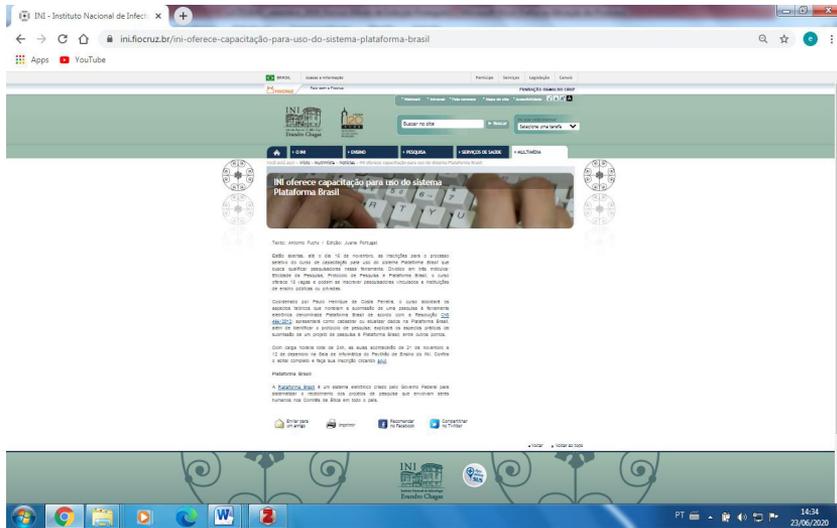
Ordem	NOME	e-mail	Situação da submissão antes da oficina 0,1,2,3,4,5,6 aprovado	Situação da submissão após a oficina 0,1,2,3,4,5,6 aprovado	Rubrica
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

Fonte: Arquivo pessoal

Esta experiência formativa e seus resultados, gerou um convite para transformá-la em uma capacitação aos pesquisadores das diversas áreas do conhecimento no Campus Virtual da Fiocruz, e assim cooperar na submissão de projetos e manuseio do sistema CEP/CONEP.

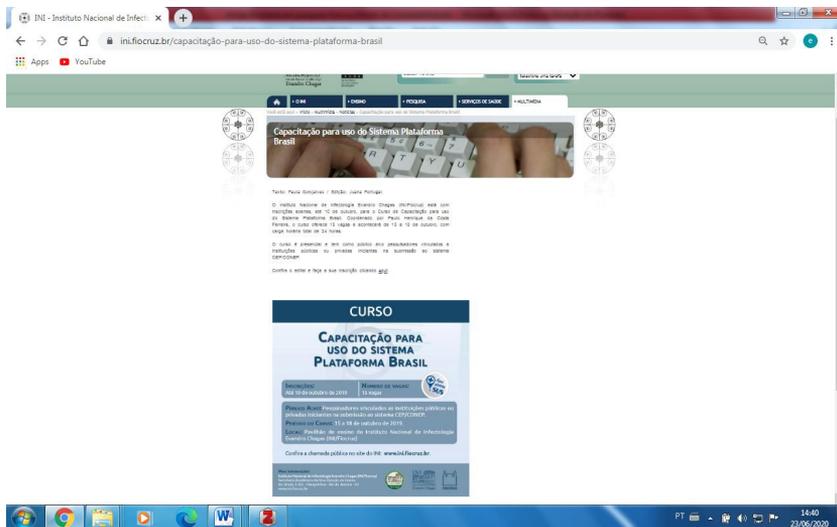
Houve o planejamento e a submissão da proposta, sob a coordenação de um doutorando do INI, desta vez com carga horária total de 24 horas , nos anos de 2018 e 2019. Essas turmas foram compostas por Pesquisadores e Pesquisadoras da graduação e da pós-graduação. Diferente do primeiro grupo, houve submissão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) no modelo PPC-Latíssimo INI em formulário específico do Campus virtual da Fiocruz e, após a aprovação, realizou-se a seleção dos participantes obedecendo o edital (Figuras 3 e 4) contendo descrição, períodos de inscrição, seleção, realização do Curso, número de vagas e perfil Acadêmico.

Figura 3 – Chamada Pública para o Curso em 2018



Fonte: Site ini.fiocruz.br

Figura 4: Chamada Pública para o curso em 2019



Fonte: Site ini.fiocruz.br

A oferta de conhecimentos teórico-práticos, por meio da cooperação com os pesquisadores da FIOCRUZ e de diferentes instituições de Ensino, nos remete à importância de estratégias de ensino que, contemplem a

submissão da pesquisa, desde o cadastro dos projetos, do envio do protocolo da pesquisa ao Comitê de Ética em

Pesquisa (CEP) e do acompanhamento da submissão, fatores que motivaram o desenvolvimento de cada etapa da oficina e posterior capacitação com cadastro no Campus Virtual.

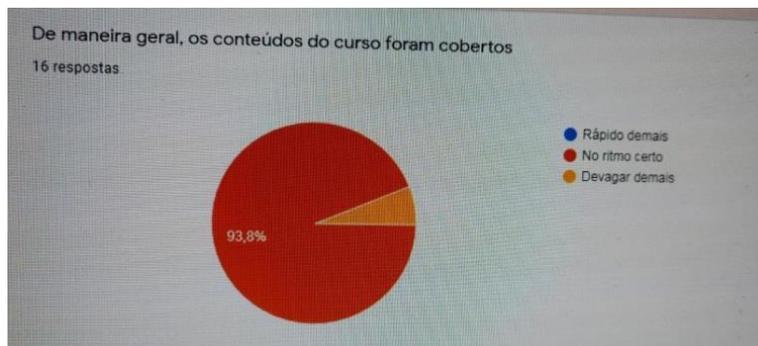
RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Resultados

Após experiência formativa dos anos 2018 e 2019, foi distribuídos aos participantes um formulário específico do INI, no último encontro de cada ano, onde os participantes avaliaram a capacitação. Todos os participantes que atingiram 75% de frequência receberam certificado de 24 horas. O total de inscritos foi de 27 pessoas, com escolaridade mínima graduação e máxima doutorado.

Segue a coletânea das respostas dos 24 questionários distribuídos. As respostas foram inseridas na ferramenta Formulários Google e transformadas em gráficos.

Figura: 5 De maneira geral, os conteúdos do curso foram cobertos?



Fonte: Elaboração própria com dados coletados

Figura: 6 De maneira geral, o detalhamento e o aprofundamento dos conteúdos foram?



Fonte: Elaboração própria com dados coletados

Figura: 7 – O volume de trabalho em relação à carga horária foi?



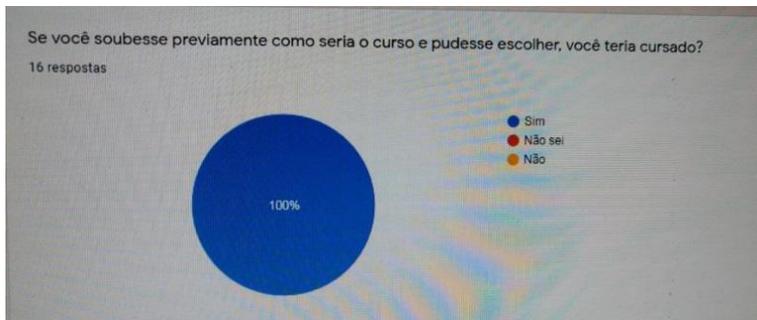
Fonte: Elaboração própria com dados coletados

Figura: 8- Você considera este curso relevante para sua vida acadêmica?



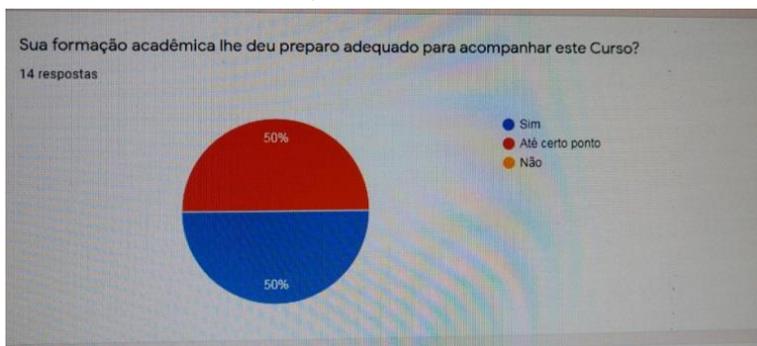
Fonte: Elaboração própria com dados coletados

Figura: 9 – Se você soubesse previamente, como seria o curso e pudesse escolher, você teria cursado?



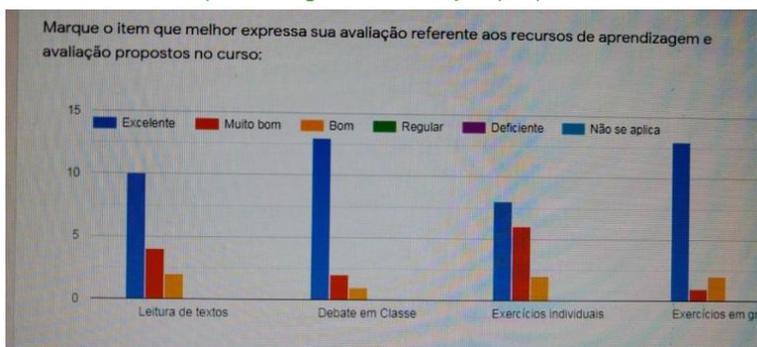
Fonte: Elaboração própria com dados coletados

Figura: 10 – Sua formação acadêmica lhe deu preparo adequado para acompanhar este curso?



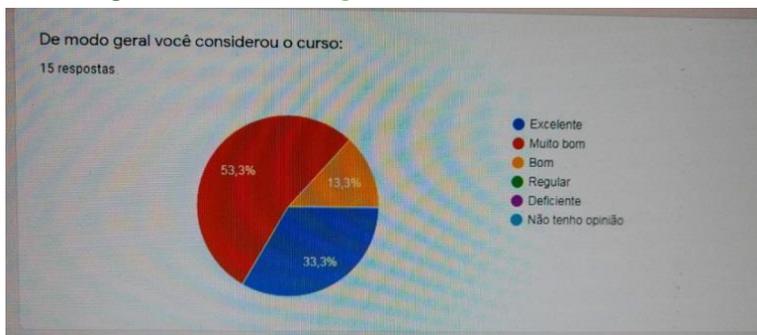
Fonte: Elaboração própria com dados coletados

Figura 11 – Marque o item que melhor expressa sua avaliação referente aos recursos de aprendizagem e avaliação propostos no curso:



Fonte: Elaboração própria com dados coletados

Figura 12 – De modo geral você considerou o curso:



Fonte: Elaboração própria com dados coletados

Figura 13 – Situação da submissão no início da capacitação



Fonte: Elaboração própria com dados coletados

Figura: 14 – Situação da submissão



Fonte: Elaboração própria com dados coletados

2. Discussão

Como educadores e educadoras, constantemente elaboramos e participamos de estudos sobre pesquisas acadêmicas, mas em alguns casos desconhecemos a legislação que regula os aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, além das peculiaridades do Sistema de submissão ao CEP de nossas instituições de Ensino. Alguns pesquisadores nem sabem a qual CEP que devem submeter sua pesquisa.

Quem já não foi solicitado a responder um questionário ou formulário para cooperar com estudos específicos, coordenados por graduandos, mestres, doutores etc., vinculados a diversas instituições? Esta é uma realidade constante nas instituições, mas nem todos se apropriam das normas que direcionam a participação individual das pessoas e os riscos e os benefícios que podem refletir nos resultados da pesquisa.

A demanda de respostas na avaliação dos participantes do Curso além de dar pistas a novas experiências em formação, nos demonstra a realidade dos participantes; apesar da maioria ter como maior formação acadêmica a pós-graduação, apenas 4,3% dos participantes possuía projetos aprovado no Sistema CEP/CONEP; 52,2%, não possuíam cadastro no Sistema, 21,7% estavam no início do cadastro e 8,7 % conseguiram cadastrar o desenho de uma pesquisa.

Esta situação nos leva a entender que alguns ainda pensam que a submissão dos aspectos éticos de uma pesquisa envolvendo seres humanos pode ser complexo, desconhecido e/ou desnecessário. Esses resultados demonstram a necessidade de uma maior atenção a esta disciplina no campo acadêmico.

De acordo com a Carta Circular nº 71 emitida pela CONEO em 02 de abril de 2018, todos os protocolos de Pesquisa “em papel” estão encerrados. Independente da etapa da pesquisa, tornou-se obrigatória a inserção de todos os protocolos de pesquisa na Plataforma Brasil. (BRASIL, 2018, p.1).

Preparar a comunidade científica para esta demanda é desafiador, e deste trabalho depende o bom desenvolvimento da pesquisas acadêmicas e a proteção dos participantes. Assim, concluímos que é urgente a apropriação de tais conhecimentos que envolvem o manuseio desta ferramenta.

Após a experiência formativa, onde todos os participantes foram motivados a utilizar a ferramenta, todos avançaram, ninguém permaneceu sem cadastro no sistema e o objetivo foi alcançado, mas o caminho no sentido de divulgar e incentivar o cadastro de pesquisas obedecendo os prazos de

submissão ao CEP e garantindo o cumprimento do cronograma ainda não é a realidade de muitos pesquisadores.

O ambiente de treinamento disponível pelo Sistema CEP/CONEP no sítio: <http://conselho.saude.gov.br/plataforma-brasil-conep?view=default> pode facilitar a apropriação de tais conhecimentos, mas precisamos avançar e motivar pesquisadores para facilitar a visualização pública de pesquisas aprovadas no aspecto ético e a coleta de dados em pesquisas envolvendo seres humanos obedecendo as determinações legais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internet proporciona a estruturação de plataformas e ambientes de aprendizagem, entre outras possibilidades. Esta experiência formativa agregando o uso dinâmico da ferramenta Plataforma Brasil demonstra o quanto ainda temos muito a caminhar para motivar estudos nesta área.

Considerando que nem toda a comunidade científica utiliza esta ferramenta, quer seja por desconhecimento de aspectos inerentes ao manuseio ou por não estarem na condição de pesquisador principal em pesquisas, identificamos que há necessidade de orientação nesta temática.

Apesar do empenho de alguns Comitês de Ética em Pesquisa na organização de manuais e orientações disponíveis em seus espaços digitais, muita dúvida no manuseio do sistema pode ser socializada e solucionada em ambiente de aprendizagem, presencial, on line, híbrido ou EaD, mas não podemos negar que este assunto precisa fazer parte do conteúdo obrigatório na formação Acadêmica nas diversas áreas.

Não só no aspecto teórico, mas no manuseio individual coordenado e orientado. Rever a legislação de submissão dos aspectos éticos da pesquisa, faz-se necessário aos estudantes desde a graduação e pós-graduação lato-sensu, quando os orientadores são os pesquisadores principais, até a pós-graduação stricto-sensu onde os estudantes podem ser os pesquisadores principais.

Todo este processo e ferramenta, preconizam o progresso científico em todas as áreas do conhecimento, fator essencial para a comunidade científica, por isso precisamos nos adaptar às tecnologias disponíveis para fazer de forma diferente o que há muito tempo se fez utilizando protocolos de pesquisa “em papel”.

A capacitação para uso do sistema Plataforma Brasil, encontra-se em fase de reestruturação para atender a demanda do contexto provocado pela

pandemia da Covid-19 e em breve será ofertada, obedecendo os protocolos vigentes e alcançando mais pesquisadores e pesquisadoras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 abr. 2021.

_____, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196 de 10 de outubro de 1996: CNS/MS, 1996. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 27 jul. 2021.

_____, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 que revê a Resolução 196/96 e aprova novas diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CNS/MS, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

_____, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 510 de 07 de abril de 2016. Brasília: CNS/MS, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 27 jul. 2021.

GEERTZ, Clifford. The interpretation of cultures. Basic Books, INC., Publishers, New York, 1973. Trad. Fanny Wrobel, Rev. Téc. Gilberto Velho, Antropologia Social. Zahar Editores, 1978. Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/videos/modulo4/Antropologia/material/A%20Interpretacao%20das%20Culturas.pdf>. Acesso em 28 jul. 2021

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. Educação, Porto Alegre, v.34, n. 2, p 147-156, maio/ago, 2011.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista brasileira de Educação, n.19, p.20-28, 2002.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP, Papirus, 2007.

SARTORI, Rodrigo Vinícius. Novas linguagens e tecnologias educacionais 1.ed. Curitiba: IESDE. Brasil, 2018. 128p.

MINAYO, M. C. de S. Análise Qualitativa: Teoria, passos e fidedignidade. v. 17, n. Ciência&saúde coletiva, mar. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/33023325_O_desafio_do_conhecimento_Pesquisa_qualitativa_em_saude. Acesso em: 20 ago. 2021.

NARITA, S. Notas de Pesquisa de Campo em Psicologia Social. ago. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000200004. Acesso em: 19 ago. 2021.

Oliveira, R. C. de. (1996). O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista De Antropologia, 39(1), 13-37 1996. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/TrabalhodoAntropologo.pdf . Acesso em: 20 ago. 2021.